

As prioridades esquecidas da educação

» ERNESTO MARTINS FARIA

Diretor-fundador do Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (lede)

» LETÍCIA MAGGI

Gerente de comunicação no lede

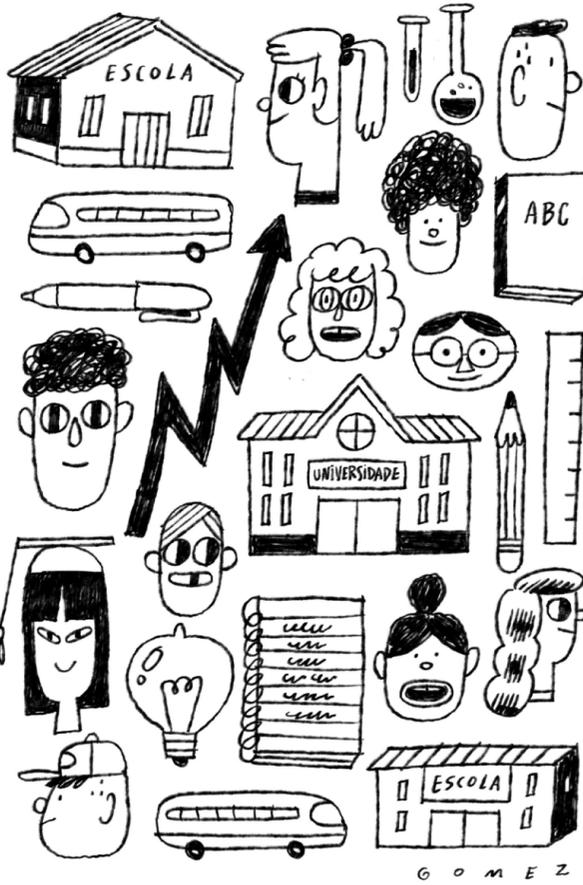
Com tantas urgências, revisão das avaliações e indicadores e combate às desigualdades educacionais são menos lembrados, mas também são essenciais. O ex-ministro da Educação José Henrique Paim, coordenador de Educação da equipe de transição do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), disse no mês passado que aumentar os recursos para alimentação escolar e para o funcionamento das universidades federais são as grandes prioridades do próximo governo. De fato, a recomposição orçamentária para 2023 é tema-chave já que o Ministério da Educação (MEC) foi um dos mais impactados com sucessivos cortes no governo de Jair Bolsonaro (PL).

Com razão, a etapa de alfabetização também costuma ser muito citada como prioritária por entidades da área e especialistas. Dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) 2021 mostram uma queda brutal na média dos estudantes no 2º ano do ensino fundamental em língua portuguesa, que passou de 750 pontos, em 2019, para 725,5, em 2021. O ensino médio também ocupa o centro das discussões dada a dificuldade das redes de ensino, especialmente após a pandemia, de manter os jovens na escola e oferecer-lhes um ensino que faça sentido e colabore para a concretização de seus projetos de vida.

Investimento maior no ensino profissionalizante, recomposição das aprendizagens, recomposição da estrutura federativa do MEC para que passe a trabalhar novamente junto a estados e município. A lista de prioridades é imensa, mas há dois temas que não podem ficar de fora: o combate às desigualdades e a revisão das avaliações e indicadores nacionais.

Dados do último Pisa (avaliação internacional de estudantes) mostram que, enquanto 60,1% dos estudantes de alto nível socioeconômico (NSE) têm aprendizado adequado em leitura aos 15-16 anos, entre os estudantes mais pobres o índice é de 15,5%. Essa é uma das maiores diferenças do mundo: entre todos os países avaliados, ficamos atrás somente de Bielorrússia e Israel. Em ciências, a desigualdade entre os grupos também é muito expressiva: entre os alunos de alto NSE, 53,1% têm aprendizado adequado, contra 8,8% dos de baixo NSE.

A desigualdade educacional no Brasil não é apenas em relação ao nível socioeconômico dos estudantes. A desigualdade por cor/



G O M E Z

raça também precisa urgentemente estar no debate. Análises feitas pelo lede a partir de microdados do Saeb 2019 mostram que estudantes pretos têm desempenho inferior aos estudantes brancos mesmo quando eles fazem parte do mesmo grupo de renda. Por exemplo, entre os mais ricos, há 67% de estudantes brancos com aprendizado adequado no 5º ano do ensino fundamental contra 40,1% dos estudantes pretos. O racismo estrutural é a principal hipótese para isso.

Diagnosticar todas essas desigualdades e construir uma agenda de enfrentamento a elas tem que ser uma prioridade máxima do próximo ministro da Educação e também dos secretários municipais e estaduais. A educação é um direito de todos e não podemos aceitar que alguns estudantes estejam tendo menos oportunidades de aprender do que outros.

Já a revisão das avaliações e dos

indicadores nacionais volta à pauta pela sua importância: ter uma avaliação alinhada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que olhe para as competências e habilidades julgadas essenciais de serem desenvolvidas nos estudantes, não serve apenas para o monitoramento, mas sim é indutora da ação. Isto é, boas avaliações e bons indicadores têm a capacidade de contribuir efetivamente para a melhoria da qualidade da educação.

Ainda que o nosso foco deva ser a educação básica, não podemos deixar de mencionar o ensino superior, hoje largado à própria sorte, e não apenas pela falta de orçamento das universidades públicas, mas também pela proliferação de cursos de baixa qualidade em faculdades privadas. Uma boa avaliação da etapa poderia ajudar na exigência de cursos melhores. Enquanto temos o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) para a Educação Básica, que possui metodologia que permite o acompanhamento da qualidade ao longo do tempo, os indicadores do Ensino Superior são meramente comparativos. O Conceito Enade, por exemplo, aponta apenas que os cursos foram melhores ou piores nas avaliações, mas não diz se o nível de aprendizagem dos alunos é bom ou não. É preciso ter métricas sobre a qualidade do ensino na etapa.

Já em relação a avaliações e indicadores para a educação básica, o foco precisa ser um Saeb mais rigoroso e a revisão do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), garantindo o olhar para todas as crianças e jovens e o foco em equidade, tópico já destacado neste texto.

Para uma educação de qualidade, precisamos de evidências consistentes sobre o nosso sistema de ensino, que são trazidas por boas avaliações e indicadores. E só há educação de qualidade se ela é para todos, o que só será possível se colocarmos como ponto central do debate educacional a redução das desigualdades e políticas que olhem para a equidade de forma intencional.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Previsões de um acadêmico

Fukuyama, filósofo e economista nipo-americano, autor do polêmico best-seller *O Fim da História e o Último Homem* — em que apontou a queda do muro de Berlim como sendo marco que deu início ao fim dos processos históricos de mudanças que seriam substituídos pelo liberalismo e pelo triunfo da democracia liberal — em importante entrevista concedida há alguns anos à imprensa, teceu comentários instigantes sobre a crise brasileira, cujos desdobramentos vinha acompanhando de perto com lupa de estudiosos dos problemas humanos.

Em sua avaliação, o momento brasileiro era repleto de vantagens únicas e de grandes desafios principalmente no âmbito político, onde já se anunciam transformações significativas. No entanto, para o cientista era preciso evitar que o combate necessário à corrupção fosse, como veio a ser, arrastado para o campo de batalha das ideologias políticas.

Entendia Fukuyama que havia em nosso país, como em outros países da América Latina, um complicado entrelaçamento entre a elite política e empresarial, ambos acostumados historicamente com as benesses advindas da corrupção na máquina pública. O que destacava o Brasil naquele cenário, era a existência de uma imprensa livre e independente, aliada a um sistema judicial, atuante, firme e imparcial. Tudo isso somado à uma sociedade civil mobilizada, que, de certa forma, impedia que os malfeitos fossem varridos para debaixo do tapete como era nosso costume cultural e histórico até então.

Nesse ponto, Fukuyama se dizia preocupado com a possibilidade de o combate à corrupção, que parecia ser um consenso entre muitos políticos, pressionados por seus eleitores, vir a ser arrastado para o campo de guerra ideológica, perdendo com isso seu foco e seu poder de justiça. Por isso, para muitos que acompanham o trabalho de Fukuyama, ele é hoje uma espécie de guru, se é que se pode dizer assim, no âmbito acadêmico. Conforme ele previu em seus estudos e expertise, impasses seriam ruins, tanto para um lado quanto para o outro, prejudicando principalmente a sociedade como um todo e as chances de transformação do país.

Nos Estados Unidos, lembrava, a sociedade civil teve que se esforçar por décadas, a partir do século XIX, para modernizar os serviços públicos do país, priorizando indicações técnicas e principalmente fazendo valer efetivamente o combate à corrupção. O Brasil, dizia “precisa de uma nova geração de políticos que não esteja atrelada ao velho jeito de fazer as coisas e empenhada em agir de modo diferente. Não acho que isso seja impossível, mas exige tempo”. Para tanto seria necessário impor limites ao capitalismo do tipo selvagem, criando uma rede de segurança social para proteger as pessoas do mercado voraz. “Não é desejável que o capitalismo faça tudo o que quer, aconselhava, mas também não se pode politizar qualquer tomada de decisão econômica”, ensina.

Na avaliação do economista e professor da Universidade de Stanford, o combate à corrupção não é nem nunca foi uma questão fundamentalmente cultural, mas de expectativas, ou seja, é preciso que aconteça sérios revezes com quem pratica a corrupção, para que as pessoas entendam que esse não é caminho. “As normas sociais só mudam com regras melhores e pressão social”, aconselhava.

Como ainda não havia em nosso país uma direita bem formada, com projetos e programas bem estruturados e capaz de fazer valer o outro lado da balança ideológica, a vitória da esquerda se deu até de um modo bem simples, culminando agora com reeleição de seu maior representante, como já previa Fukuyama.

» A frase que foi pronunciada

Sistemas corruptos não se consertam sozinhos.

Fukuyama

Editora UnB

» Marcus Mota e Luis Lóia são os organizadores da obra *A Tragédia Grega: origens*. Lançada pela editoria UnB, a obra traz os textos traduzidos e comentários por Eudoro de Sousa. Veja no *Blog do Ari Cunha* como acessar o livro no íntegra.

»

Congresso em Portugal

» Abertas as inscrições para o VII Congresso Lusobrasileiro sobre Alienação Parental que acontecerá nos dias 23 e 24 de janeiro na Faculdade de Direito de Lisboa em formato on-line — via zoom da FDL.

»

Em pauta

» Sem sucesso, o ex-senador Marco Maciel tentou regulamentar o lobby. O assunto ocupa as gavetas do parlamento há pelo menos 40 anos. Trata-se de uma ferramenta importante no combate à corrupção e ao aprimoramento da democracia. Veja no *Blog do Ari Cunha* a entrevista da Rádio Câmara com Ricardo José Rodrigues, Consultor Legislativo daquela Casa.

» História de Brasília

Por falar nisto, a informação que havia era a de que a Novacap estava recuperando os boxes dos mercadinhos para os entregar aos produtores. Os boxes continuam fechados, e ninguém está recuperando nada, coisa nenhuma. (Publicada em 14.03.1962)

Fortes chuvas no Brasil

» DANIELA COSTA

Gerente de Clima e Justiça no Greenpeace Brasil

» RODRIGO JESUS

Campaigner de Clima e Justiça no Greenpeace Brasil

No Brasil, os impactos históricos das fortes chuvas nas cidades são cíclicos, racistas, desiguais e estruturais. São diversas as situações que experienciamos em nosso cotidiano quando nos deparamos com o momento de fortes chuvas: ruas alagadas atrapalhando o trânsito e a passagem livre de pessoas; enchentes que adentram as casas e comércios, exposição com a água contaminada, deslizamentos de terra e que causam mortes e soterramentos, entre muitos outros exemplos.

Trata-se de exemplos de situações vivenciadas por muitas pessoas, mas principalmente por uma parte da sociedade que, historicamente, é a mais afetada pela degradação do meio ambiente: mulheres, pessoas negras, periféricas, comunidades tradicionais e povos originários, que vivem em áreas de risco e situação de vulnerabilidade nas áreas urbanas. Esses desastres possuem componentes sociais, políticos e econômicos e são resultado de um país com um histórico de colonização que deixou resquícios por meio do racismo ambiental e das desigualdades sociais.

Os eventos extremos, como as fortes chuvas citadas anteriormente, são fenômenos naturais que estão sendo agravados pela crise climática e a falta de políticas públicas de prevenção e planejamento urbano, colaboram para

o aumento progressivo de danos humanos ou materiais com prejuízos aos cofres públicos. E quais foram as ações e as medidas para frear os impactos da crise climática que o Estado brasileiro realizou para as 8,2 milhões de pessoas que vivem nas mais de 27.660 áreas de riscos mapeadas? Infelizmente, a resposta não é muito positiva. A União segue com a deficiência de planejar ações para somar esforços para prevenção e adaptação em geral. De acordo com o levantamento da Associação Contas Abertas, o investimento do governo federal nesse segmento tem sofrido retrocessos.

O ano de 2013 registrou o maior orçamento para gestão de desastres identificado até o momento, o equivalente a R\$ 3,5 bilhões. Esse valor, porém, vem sendo reduzido ao longo dos anos: em 2022, por exemplo, foram destinados R\$ 2,8 milhões e a expectativa até o momento para 2023 não é melhor. A proposta da Lei Orçamentária (PLOA) de 2023 apresenta um orçamento pífio na prevenção de desastres: R\$ 25 mil reais. Essa redução de mais de 90% representa um total retrocesso em relação aos principais projetos e obras de contenção de encostas nas áreas urbanas, no sistema de drenagem e no manejo de águas pluviais. Os investimentos do Fundo Clima, que também apoia medidas de adaptação, caíram

drasticamente nos últimos anos, saindo de R\$ 219 milhões em 2011 para R\$ 525 mil em 2022.

Quantas Petrópolis, Teresópolis, Recifes e Itabunas precisam ser severamente impactadas para que a prevenção e adaptação seja prioridade na agenda política deste país? Segundo levantamento da Confederação Nacional de Municípios (CNM), o Brasil já registra cerca de 345 milhões de pessoas afetadas com as chuvas entre 2013 e 2022, e o prejuízo aos cofres públicos já ultrapassou o montante de R\$ 341,3 bilhões. Foram aproximadamente 4.816 ocorrências registradas de impacto das fortes chuvas nestes últimos anos e mais de 5,2 milhões de unidades habitacionais com danos materiais no mesmo período.

O governo Bolsonaro deixou sua marca registrada de abandono às populações em situação de vulnerabilidade. E esses números só tendem a aumentar diante da inação do Estado na formulação de uma estratégia de mitigação e investimento em adaptação. Isso precisa mudar. São vidas que estão constantemente nessa situação de abandono e racismo ambiental. Para reconstruir o Brasil, serão necessários recursos, planos e ações com participação social para adaptação climática a fim de garantir resiliência e evitar que outras tragédias aconteçam.